

3° SIMULADO

ALECE

(TÉCNICO LEGISLATIVO)



Estratégia
Concursos



Estratégia
Concursos

LANÇAMENTO DO SISTEMA DE QUESTÕES

#VENHAPARAOMAIOR

NÃO ESQUEÇA

18 DE MAIO - ÀS 10:00

Simulado Especial

3º Simulado ALE-CE

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da ALE-CE;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-ALECE-09-05-20>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | |

PORTUGUÊS**Décio Terror****Coronavírus atrai oportunismo e impõe desafios à democracia no mundo**

A história mostra que em toda crise sanitária há uma crise política. Foi assim com a peste negra, que no século XIV reformulou o feudalismo, e também com a gripe espanhola, que após surgir em 1917 contribuiu para moldar o cenário global durante e após a Primeira Guerra Mundial.

Hoje, em 2020, vemos a história se repetir: junto com o avanço da pandemia de coronavírus, despontam guerras de narrativas entre políticos opositores, restrições de direitos e decisões tomadas de forma monocrática.

A grande dúvida é: diante de uma emergência de saúde pública, decisões arbitrárias são necessariamente gestos autoritários que ameaçam a democracia? A resposta é: depende.

“Os governantes vão colocar em prática medidas que podem restringir direitos já garantidos. Mas como saber se essa medida é legítima? Olhando sua justificativa”, diz Deisy Ventura, coordenadora do doutorado em Saúde Global da Universidade de São Paulo (USP).

A especialista, que fez um estudo pioneiro sobre a relação do direito internacional na pandemia da gripe A (H1N1) em 2013, destaca a necessidade de se avaliar a proporcionalidade das medidas sob a ótica das evidências científicas e, fundamentalmente, pela perspectiva da saúde pública.

Nessa direção, é possível compreender a necessidade, por exemplo, de adiar eleições para evitar aglomerações, como fez a Bolívia na semana passada. Depois de meses de preparação por conta de um pleito eleitoral que foi acusado de ser fraudado e culminou na renúncia de Evo Morales, o país iria às urnas em 3 de maio. Agora, o Tribunal Supremo Eleitoral vai negociar com os partidos uma nova data.

Mas, até nessa situação, é preciso cautela, diz Jakub Jaraczewski, diretor jurídico da organização Democracy Reporting. “O impacto da covid-19 nos processos democráticos é real: eleições e referendos estão sendo adiados ou cancelados. Os parlamentos de todo o mundo lutam para encontrar soluções para trabalhar remotamente sem precisar se sentar com algumas centenas de pessoas em uma câmara”, diz em e-mail à EXAME.

Do lado oposto, no entanto, há uma outra movimentação de políticos populistas, que se aproveitam de brechas institucionais, em um momento de crise, para se promover ou ampliar seus poderes políticos. “Alguns de forma mais aberta outros menos, mas é simplesmente oportunismo”, afirma Ventura.

<https://exame.abril.com.br/mundo/coronavirus-atrai-oportunismo-e-impoe-desafios-a-democracia-no-mundo/>

01. Sobre o texto, é **incorreto** afirmar:

- a) A experiência conferida no passado nos garante que, aliada a uma crise na saúde, há uma crise política.
- b) Decisões arbitrárias não necessariamente são gestos autoritários que ameaçam a democracia.
- c) Medidas como adiar uma eleição se tornam necessárias diante de determinados panoramas.
- d) Há políticos oportunistas que se aproveitam do panorama para tirar de alguma forma vantagem.
- e) O isolamento social fez com que os membros das famílias se aproximassem mais e que isso vem fortalecendo a sociedade em um momento tão difícil.

02. Sobre o gênero textual em questão, é correto afirmar

- a) Por ser um artigo de opinião, o autor tem a finalidade de apresentar determinado tema e seu ponto de vista.
- b) Por ser uma reportagem, o autor se posiciona de maneira objetiva, no intuito de se manter imparcial ao acontecimento.
- c) Por se tratar de um conto, mantém seu caráter subjetivo com narrativas complementares.
- d) Por se tratar de uma crônica, tem a intenção de narrar fatos do cotidiano.
- e) Por se tratar de uma notícia, o autor tem a finalidade de apresentar determinado tema e seu ponto de vista.

03. Na expressão “Nessa direção, é possível **compreender a necessidade**, por exemplo, de adiar eleições para evitar aglomerações, como fez a Bolívia na semana passada.” (6º parágrafo), há a presença

- a) do pronome demonstrativo “a”, da preposição “a” e a ausência indevida do acento grave indicador de crase.
- b) da preposição “a” exigida pelo verbo “compreender”.
- c) do artigo indefinido “a” exigido pelo substantivo feminino “necessidade”
- d) da preposição “a”, do artigo definido “a” e a ausência indevida do acento grave indicador da crase.
- e) do artigo definido “a” que precede o substantivo “necessidade”.

04. Marque a alternativa em que a reescrita do excerto abaixo está de acordo com as regras de pontuação e coerência, e não haja mudança de sentido.

“A história mostra que em toda crise sanitária há uma crise política. Foi assim com a peste negra, que no século XIV reformulou o feudalismo, e também com a gripe espanhola, que após surgir em 1917 contribuiu para moldar o cenário global durante e após a Primeira Guerra Mundial.” (1º parágrafo)

- a) A história mostra, que em toda crise sanitária há uma crise política. Foi assim com a peste negra que no século XIV reformulou o feudalismo, e também com a gripe espanhola, que após surgir em 1917 contribuiu para moldar o cenário global durante e após a Primeira Guerra Mundial.
- b) A história mostra que, em toda crise sanitária, há uma crise política. Foi assim com a peste negra, que, no século XIV, reformulou o feudalismo, e também com a gripe espanhola, que, após surgir em 1917, contribuiu para moldar o cenário global durante e após a Primeira Guerra Mundial.
- c) A história mostra que, em toda crise sanitária há uma crise política. Foi assim com a peste negra, que no século XIV reformulou o feudalismo, e também com a gripe espanhola que após surgir em 1917 contribuiu para moldar o cenário global durante e após a Primeira Guerra Mundial.

d) A história mostra que em toda crise sanitária há uma crise política. Foi assim com a peste negra, que, no século XIV reformulou o feudalismo, e também com a gripe espanhola, que, após surgir em 1917 contribuiu para moldar o cenário global durante e após a Primeira Guerra Mundial.

e) A história mostra, que em toda crise sanitária há uma crise política. Foi assim com a peste negra que no século XIV, reformulou o feudalismo, e também com a gripe espanhola que após surgir em 1917 contribuiu para moldar o cenário global durante e após a Primeira Guerra Mundial.

05. Impede a correção gramatical e a coerência a substituição da palavra destacada, no trecho “Hoje, em 2020, vemos a história se repetir: junto com o avanço da pandemia de **coronavírus**, **despontam** guerras de narrativas entre políticos opositores, restrições de direitos e decisões tomadas de forma monocrática” (2º parágrafo), por

- a) sucedem
- b) ocorrem
- c) rebentam
- d) extirpam
- e) surgem

06. Na frase “Do lado oposto, **no entanto**, há uma outra movimentação de políticos populistas, que se aproveitam de brechas institucionais, em um momento de crise, para se promover ou ampliar seus poderes políticos.” (8º parágrafo), o conectivo em destaque pode ser substituído por

- a) com tudo.
- b) no entretanto.
- c) mas.
- d) todavia.
- e) porquanto.

07. Na frase “Nessa direção, é possível compreender a necessidade, por exemplo, de adiar eleições para evitar aglomerações, como fez a Bolívia na semana passada.” (6º parágrafo), o termo em destaque expressa, no contexto,

- a) direção.
- b) lugar.
- c) referência.
- d) propósito.
- e) constatação.

08. A respeito da palavra destacada em “A especialista, que fez um estudo pioneiro sobre a relação do direito internacional na pandemia da gripe A (H1N1) em 2013, destaca a necessidade de se avaliar a proporcionalidade das medidas sob a ótica das evidências científicas e, fundamentalmente, pela perspectiva da saúde pública.” (5º parágrafo), é correto afirmar que:

- a) o pronome relativo é um importante elemento catafórico, pois antecipa a informação posterior.
- b) a conjunção integrante é um importante elemento da coesão textual, pois retoma algo já mencionado no texto, garantindo a progressão textual.
- c) o pronome relativo é um importante elemento da coesão textual, pois retoma algo já mencionado no texto, garantindo o sentido textual.
- d) o pronome relativo é um importante elemento da coesão, pois inicia um período sem necessidade de retomar elemento do texto.
- e) o pronome demonstrativo é um importante elemento da coerência textual, pois retoma algo já mencionado no texto.

09. Há predicado nominal em:

- a) “Coronavírus atrai oportunismo e impõe desafios à democracia no mundo.” (título)
- b) “que no século XIV reformulou o feudalismo...” (1º parágrafo)
- c) “Os governantes vão colocar em prática medidas que podem restringir direitos já garantidos.” (4º parágrafo)
- d) “O impacto da covid-19 nos processos democráticos é real.” (7º parágrafo)

e) “Os parlamentos de todo o mundo lutam para encontrar soluções...” (7º parágrafo)

10. As expressões grifadas, em “Nessa direção, é possível compreender a necessidade” (6º parágrafo), exercem funções, respectivamente, de

- a) adjunto adverbial, objeto direto, predicativo do sujeito oracional.
- b) objeto direto, objeto direto, predicativo do sujeito oracional.
- c) adjunto adnominal, objeto direto, predicativo do objeto oracional.
- d) adjunto adverbial, predicativo do sujeito oracional, sujeito oracional.
- e) sujeito, objeto direto, predicativo do sujeito oracional.

INFORMÁTICA

Renato da Costa

11. Analise os itens a seguir acerca de conceitos e tecnologias de Internet e Intranet:

- I. A intranet é uma rede que utiliza a mesma tecnologia e infraestrutura da Internet.
- II. A extranet é uma rede que estende conteúdo de uma intranet para a Internet pública.
- III. A intranet utiliza os mesmos protocolos da Internet, logo o TCP/IP é indispensável para conectividade.
- IV. O navegador Google Chrome pode ser utilizado para acessar o portal de colaboração da Intranet de uma instituição.

Assinale a alternativa que apresenta a quantidade de itens corretos:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

12. Há diversas funções no Excel utilizadas quando você precisar localizar itens em uma tabela. Assinale a alternativa que apresenta a sintaxe correta da função PROCV()

a) = PROCV (valor de pesquisa; intervalo que contém o valor de pesquisa; o número da coluna no intervalo que contém o valor de retorno; a correspondência aproximada (verdadeiro) ou a correspondência exata (falso))

b) = PROCV (intervalo que contém o valor de pesquisa; valor de pesquisa; o número da coluna no intervalo que contém o valor de retorno; a correspondência aproximada (verdadeiro) ou a correspondência exata (falso))

c) = PROCV (intervalo que contém o valor de pesquisa; o número da coluna no intervalo que contém o valor de retorno; valor de pesquisa; a correspondência aproximada (verdadeiro) ou a correspondência exata (falso))

d) = PROCV (intervalo que contém o valor de pesquisa; o número da coluna no intervalo que contém o valor de retorno; valor de pesquisa; a correspondência aproximada (verdadeiro) ou a correspondência exata (falso))

e) = PROCV (intervalo que contém o valor de pesquisa; o número da coluna no intervalo que contém o valor de retorno; a correspondência aproximada (verdadeiro) ou a correspondência exata (falso); valor de pesquisa;)

13. Há um tipo de código malicioso que torna inacessíveis os dados armazenados em um equipamento, geralmente usando criptografia, e que exige pagamento de resgate para restabelecer o acesso ao usuário.

- a) Ramsonware
- b) Spyware
- c) Hijacker
- d) Hoax
- e) Phishing

14. Assinale a alternativa que não corresponde a uma ferramenta utilizada na segurança da informação:

- a) Honeypot
- b) Firewire
- c) IPS
- d) Antivírus
- e) Becape

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Ricardo Vale

15. No que se refere à participação popular, estabelece a Constituição do Estado do Ceará que ela poderá concretizar-se, entre outros instrumentos, mediante:

- a) Plebiscito, em que a população é convocada a se manifestar posteriormente à criação do ato legislativo ou administrativo.
- b) Referendo, que consiste em prévia consulta à proposta que se pretende implementar.
- c) Iniciativa compartilhada, por meio da qual entidades da sociedade civil poderão propor projetos de lei.
- d) Iniciativa popular, por meio da qual poderão ser apresentados projetos de emendas à Constituição do Estado, subscritos por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado.
- e) Plebiscito e referendo, instrumentos de participação política da democracia indireta.

16. Segundo a Constituição do Estado do Ceará, são funções institucionais do Ministério Público:

- a) Promover, com exclusividade, a representação para fins de intervenção federal no Estado.
- b) Exercer o controle interno da atividade policial.
- c) Exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de órgãos e entidades públicas.
- d) Exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abrigam idosos, menores, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência.
- e) Promover, com exclusividade, a ação civil pública.

**ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
CIVIS**

Marcos Girão

- 17.** No que se refere ao processo administrativo disciplinar, descrito no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará, marque a alternativa incorreta:
- a) Abrir-se-á, também, sindicância para apuração das aptidões do funcionário, no estágio probatório, para fins de demissão ou exoneração, quando for o caso, assegurada ao indiciado ampla defesa, nos termos dos artigos estatutários que disciplinam o inquérito administrativo, reduzidos os prazos neles estabelecidos, à metade.
 - b) O inquérito administrativo é o procedimento através do qual os órgãos e as autarquias do Estado apuram a responsabilidade disciplinar do Funcionário.
 - c) São competentes para instaurar o inquérito o Governador, em qualquer caso; os Secretários de Estado, os dirigentes das Autarquias e os Presidentes da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas e do Conselho de Contas dos Municípios, em suas áreas funcionais, permitida a delegação de competência.
 - d) A qualquer tempo poderá ser requerida a revisão do procedimento administrativo de que resultou sanção disciplinar, quando se aduzam fatos ou circunstâncias que possam justificar a inocência do requerente, mencionados ou não no procedimento original.
 - e) A sindicância será realizada no prazo máximo de 15 dias úteis, prorrogável por igual período, a pedido do sindicante, e a critério da autoridade que determinou a sua abertura.

REGIMENTO INTERNO ALE-CE

Luiz Cláudio/Miguel Gerônimo

- 18.** A respeito do funcionamento da Assembleia Legislativa do Ceará, assinale a opção correta.
- a) a renúncia ao mandato independe de aprovação e deverá ser dirigida ao Presidente da Assembleia, por escrito, com firma reconhecida, e somente se tornará efetiva e irrevogável depois de despachada pela Mesa, lida no expediente da 1ª Sessão do Plenário e publicada no Diário Oficial.
 - b) O Deputado poderá solicitar licença para tratar de interesses particulares, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias no período de doze meses.
 - c) A Sessão Ordinária terá duração de 5 (cinco) horas e compõe-se de Primeiro Expediente, Ordem do Dia, Segundo Expediente, Tempo de Liderança, e Explicação Pessoal.
 - d) As Sessões Ordinárias realizar-se-ão de terça a quinta-feira, a partir das 9 (nove) horas, não havendo sessões às segundas e sextas-feiras.
 - e) Quando, no curso de uma votação, se esgotar o tempo próprio da Sessão, dar-se-á esta por prorrogada, até que se conclua a votação, devendo a prorrogação ser referendada pelo Plenário.
- 19.** Segundo o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia. Sobre as proposições, é certo afirmar:
- a) São consideradas proposições: veto a autógrafo de lei; emenda e subemenda; requerimento; recurso; proposta de fiscalização e controle; pedido de informação; parecer; substitutivo. Por seu turno, moção, pela sua natureza, não é considerada proposição.
 - b) A proposição de iniciativa de Deputado somente pode ser apresentada coletivamente.
 - c) Tramitação ordinária e urgência são os regimes de tramitação previstos no Regimento Interno.
 - d) Projeto de decreto legislativo destina-se a regular as matérias de competência da Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador.
 - e) Nenhuma das afirmativas está correta.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ALE-CE

Marcos Girão

20. Analise as assertivas abaixo a respeito do Programa de Orientação, Proteção e Defesa do Consumidor – Procon Assembleia, de acordo com a Resolução nº 698/2019:

- I. O Programa de Orientação Proteção e Defesa do Consumidor – Procon Assembleia tem a competência material de defesa dos interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores de produtos e serviços, na forma da legislação e dos atos administrativos vigentes.
- II. O Procon Assembleia será presidido pelo Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor.
- III. O consumidor ou a entidade representativa somente poderá apresentar sua representação pessoalmente.
- IV. O acordo celebrado nos autos do procedimento administrativo deverá ser assinado pelo consumidor, ou por terceiro, a seu rogo, se não souber o consumidor escrever, pelo fornecedor e por 03 testemunhas.

Marque a alternativa correta.

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) II e III.
- e) I e IV.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

21. Uma das teorias precursoras na busca da identificação dos fatores capazes de induzir a motivação foi a desenvolvida por Abraham Maslow, a qual

- a) afirma que o reforço condiciona o comportamento. Ou seja, de que os indivíduos podem ser manipulados a se comportarem de certa maneira, de acordo com os estímulos aplicados a eles.

- b) classificou em uma hierarquia, desde as mais básicas, como as fisiológicas e de segurança, como as de nível superior (estima e autorrealização).

- c) divide os indivíduos em duas categorias: Tipo Y, para o qual o dispêndio de esforço para o trabalho é natural, e Tipo X, que precisa ser induzido para o trabalho.

- d) afirma que a equidade, ou seja, a percepção de que o que ganhamos está em linha com o que oferecemos em troca (e em relação aos outros) é um aspecto motivador.

- e) indica que a introdução de recompensas externas como pagamento para tarefas que seriam anteriormente gratificantes apenas pelo seu conteúdo tenderia a reduzir a motivação intrínseca para realizar a tarefa.

22. De acordo com Kunsch, temos quatro tipos de comunicação que compõem uma comunicação integrada, sendo que a comunicação administrativa é aquela que:

- a) Busca viabilizar toda a interação entre a organização e seus colaboradores. É uma forma de compatibilizar os interesses de gestores e colaboradores por meio do diálogo, da troca de informações e de experiências e a participação de todos os níveis.

- b) Objetiva vender ou melhorar a imagem dos produtos ou serviços da organização.

- c) Busca melhorar a imagem da organização perante a sociedade, os consumidores e os investidores. Ela é a responsável, por meio da gestão estratégica das relações públicas, pela construção de uma imagem e identidade corporativa de uma organização.

- d) Não faz parte da comunicação integrada.

- e) É o processo responsável por transmitir os dados do âmbito administrativos de uma organização para todos os setores nos quais esses dados se mostram pertinentes. Esse é o conceito que vincula todas as funções administrativas, organizando o fluxo de informações das ações de planejar, organizar, dirigir e controlar.

23. Uma das atividades próprias do administrador é a que diz respeito ao controle, no bojo da qual se insere:

- a) Apresenta a missão e a visão de futuro da instituição, que devem ser medidos e avaliados durante o período anual.
- b) estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazo e a verificação do correspondente cumprimento.
- c) a avaliação sobre se os objetivos estão ou não sendo atingidos pela empresa. Através do monitoramento dos resultados e sua comparação com os resultados esperados ou planejados, podemos propor ações corretivas ou aprender com o que funcionou.
- d) a função administrativa que se incumbe do agrupamento das atividades necessárias para atingir os objetivos da empresa.
- e) é uma capacidade individual de colocar os documentos nos lugares certos, manter a mesa limpa e os e-mails em dia.

24. No planejamento estratégico, a análise externa tem por finalidade estudar a relação existente entre a empresa e seu ambiente em termos de

- a) Oportunidades e Pontos fortes.
- b) Forças e Fraquezas.
- c) Fraquezas e Ameaças.
- d) Ameaças e Oportunidades.
- e) Concorrentes e Clientes.

25. O que caracteriza uma estrutura organizacional de tipo matricial é:

- a) a constituição de uma equipe heterogênea de especialistas em diferentes áreas, que são deslocados de suas funções habituais para se dedicarem a uma tarefa específica.
- b) a combinação de formas de departamentalização funcional e de produto ou projeto na mesma estrutura organizacional.
- c) a delegação de autoridade e responsabilidade às equipes, que se tornam autônomas e autossuficientes para decidir sobre seu trabalho.

d) que conjuga duas estruturas em uma só. Normalmente, é um somatório de uma estrutura funcional com outra estrutura horizontal, temporária, focada em projetos.

e) o trabalho em equipe dos seus membros, que geram uma cultura organizacional coesa e engajada.

26. A evolução da área de Administração de Recursos Humanos passou por cinco fases, sendo que a última delas se iniciou em 1985 e permanece até hoje. Uma das fases seria mais preocupada com os custos da empresa. A ideia era de se contabilizar os trabalhadores como recursos e os custos de contratação e manutenção deveriam ser controlados.

Trata-se da fase

- a) contábil.
- b) legal.
- c) tecnicista.
- d) estratégica.
- e) administrativa.

27. Existem diversas semelhanças entre as organizações públicas e as organizações privadas. Entretanto, também temos várias divergências entre as duas. As principais divergências são as seguintes, exceto:

- a) as empresas devem suas receitas aos seus clientes. Já os governos têm os tributos como fonte principal de receita.
- b) a Administração Pública deve buscar o bem da sociedade, o interesse público. Já as empresas buscam a lucratividade e a maximização da riqueza dos seus acionistas.
- c) os cidadãos controlam o governo (por meio de seus representantes eleitos ou pelo controle social), já as empresas privadas são controladas pelo mercado.
- d) a Administração Pública deve seguir os seus princípios constitucionais (LIMPE), mas a gestão privada não tem esta necessidade (ou tem em diferente grau).
- e) os governos normalmente operam em um ambiente competitivo, já as empresas operam geralmente em um monopólio (muitas vezes não temos alternativa de escolha).

28. A reforma de 1995 introduziu o conceito de Publicização, que corresponde à

- a) venda de participação acionária das empresas estatais para o público em geral, através de recursos do FGTS.
- b) retomada, pelo Estado, de atividades anteriormente delegadas à iniciativa privada, em caráter subsidiário, tais como Educação e Saúde.
- c) transferência de serviços não exclusivos do Estado, como Saúde, do setor estatal para o setor público não estatal, passando tais serviços a ser exercidos por entidades que assumem a forma de Organizações Sociais.
- d) revisão da privatização de concessões de serviço público, deixando estas atividades a cargo do setor privado.
- e) criação de agências reguladoras para atuarem na fiscalização e normatização de atividades que passaram a ser desempenhadas pelo setor privado mediante concessão ou autorização.

29. A prefeitura de Natalândia decidiu construir uma estrada de 100km ligando o município à capital do estado. Depois de 2 anos, o prazo estimado das obras, foram construídos apenas 70km, mas foram investidos na obra apenas 100 milhões dos 200 milhões estimados para a finalização da obra. Diante deste cenário, entende-se que a atuação da prefeitura foi:

- a) eficiente, dado que usou bem seus recursos originalmente disponíveis, mas ineficaz.
- b) efetivo, na medida em que atingiu seus objetivos, ainda que com relação inadequada entre os insumos e o produto final.
- c) eficiente e eficaz, na medida em que cumpriu as entregas, falhando apenas no quesito economicidade.
- d) eficaz, na medida em que usou adequadamente os recursos financeiros disponíveis.
- e) ineficiente, pois, não obstante tenha atingido os objetivos preconizados, não fez uso adequado dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

30. O nome “Administração de Recursos Humanos” não mais reflete o modo como os trabalhadores são encarados nas organizações modernas, ao passo que o nome “Gestão de Pessoas”, mais atual, indica uma visão dos trabalhadores como

- a) trabalhadores braçais.
- b) subordinados.
- c) parceiros.
- d) sócios.
- e) líderes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

31. Suponha que o Estado do Ceará pretenda criar uma entidade integrante da Administração pública indireta, com personalidade jurídica própria, sujeita ao regime jurídico de direito público, para atuar no setor do agronegócio. Para atingir tal escopo, poderá se valer da instituição de

- a) uma organização social.
- b) uma autarquia.
- c) uma empresa pública.
- d) um conselho consultivo.
- e) uma sociedade de economia mista.

32. No que se refere à administração direta e à indireta, à centralizada e à descentralizada, julgue os itens seguintes e assinale a alternativa correta.

- a) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são integrantes da administração indireta, independentemente de prestarem serviço público ou de exercerem atividade econômica de natureza empresarial.
- b) As autarquias caracterizam-se por serem dotações patrimoniais criadas por lei, sujeitas a controle ou tutela, com personalidade jurídica pública e capacidade de autoadministração.

- c) As entidades que compõem o serviço social autônomo prestam serviço público e, por isso, integram a administração pública indireta, estando sujeitas ao controle do tribunal de contas.
- d) A criação de fundações públicas de direito privado ocorre por meio de lei, sendo necessária a inscrição de seus atos constitutivos em registro civil de pessoas jurídicas.
- e) A descentralização consiste na repartição de funções entre mais de um órgão de uma mesma administração, sem que haja quebra de hierarquia, e pode ocorrer por critério territorial.

33. Quando se fala sobre o alcance e abrangência do regime jurídico-administrativo brasileiro e sobre os princípios regentes da administração pública, é correto afirmar que

- a) na hierarquia dos princípios da administração pública, o mais importante é o princípio da legalidade, o primeiro a ser citado na CF.
- b) ofenderá o princípio da publicidade a atuação administrativa que contrariar, além da lei, a moral, os bons costumes, a honestidade ou os deveres de boa administração.
- c) o princípio da eficiência está previsto no texto constitucional de forma explícita.
- d) conforme o regime jurídico administrativo, apesar de assegurada a supremacia do interesse público sobre o privado, à administração pública é vedado ter privilégios não concedidos a particulares.
- e) de acordo com o princípio da moralidade, os agentes públicos devem atuar de forma neutra, sendo proibida a atuação pautada pela promoção pessoal.

34. Com base no disposto na Lei n.º 9.784/1999, bem como no que se refere a ato administrativo, julgue os itens seguintes e aponte a assertiva correta.

- a) O ato administrativo discricionário, praticado por agente incompetente, dever ser revogado pela administração.
- b) É permitido delegar a edição de atos de caráter normativo.
- c) O prazo para a interposição de recurso administrativo é de 15 dias, contados a partir da data da intimação do interessado.
- d) A administração deve revogar de ofício os atos administrativos se verificar a existência de ilegalidade ou indícios de desvio de finalidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.
- e) No caso de ser obrigatória a emissão de parecer vinculante, não sendo ele emitido no prazo de quinze dias, o processo não terá seguimento até a apresentação desse parecer, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

35. Acerca do processo administrativo e da improbidade administrativa, NÃO é correto afirmar que.

- a) No processo administrativo, após o encerramento da fase de instrução probatória, o poder público tem prazo de trinta dias para tomar a decisão, sendo possível a prorrogação por igual período, desde que devidamente motivada.
- b) A edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos não podem ser objetos de delegação.
- c) Nos processos administrativos, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos terão prioridade na tramitação.
- d) em regra, os recursos administrativos, quando interpostos pelos interessados, têm efeito suspensivo.
- e) Decai em cinco anos o direito da administração de anular os atos administrativos que tenham produzido efeitos favoráveis aos administrados.

36. No que diz respeito à administração pública, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

- a) Ato administrativo constitui ato jurídico perfeito e, por essa razão, o seu questionamento judicial é vedado.
- b) A administração pública poderá revogar atos administrativos que possuam vício que os torne ilegais, ainda que o ato revogatório não tenha sido determinado pelo Poder Judiciário.
- c) Para anular ato administrativo que tenha impacto em direito individual, a administração tem de observar o devido processo legal.
- d) Em razão do exercício da sua prerrogativa de autotutela, a administração poderá revogar seus atos administrativos válidos, com efeitos ex tunc.
- e) O ato administrativo praticado por agente público no exercício de sua função é dotado de presunção absoluta de veracidade.

37. Julgue os itens a seguir, referentes aos poderes da administração pública, bem como à organização administrativa, e assinale a alternativa correta.

- a) O excesso de poder, espécie de abuso de poder, ocorre quando o agente público ultrapassa os limites impostos a suas atribuições.
- b) Ocorre desvio de poder na forma omissiva quando o agente público que detém o poder-dever de agir se mantém inerte, ao passo que o excesso de poder caracteriza-se pela necessária ocorrência de um transbordamento no poder-dever de agir do agente público, não sendo cabível na modalidade omissiva.
- c) O exercício do poder de polícia é delegável a pessoas jurídicas de direito privado.
- d) A autorização administrativa consiste em ato administrativo vinculado e definitivo segundo o qual a administração pública, no exercício do poder de polícia, confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade.
- e) O cumprimento de mandados judiciais por policiais civis pode ser classificado como ato decorrente do exercício do poder de polícia administrativa.

38. No que diz respeito aos processos licitatórios, avalie os itens subsequentes e assinale aquele que se encontra em conformidade com os ditames legais.

- a) A modalidade de licitação denominada tomada de preços é utilizada para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmio ou remuneração ao vencedor, conforme critérios constantes em edital, que deve ser publicado com quarenta e cinco dias de antecedência.
- b) Toda compra realizada pelos órgãos da administração pública está sujeita à licitação.
- c) A concorrência pública é a modalidade de licitação que deve ser utilizada para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis.
- d) A modalidade licitatória de concorrência admite que se estabeleça uma etapa de pré-qualificação para licitantes interessados.
- e) Por meio de leilão, a administração poderá, excepcionalmente, contratar diretamente com o particular.

39. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos, o prazo para interposição de recursos e representação será de

- a) dez dias úteis.
- b) cinco dias corridos.
- c) quinze dias úteis.
- d) cinco dias úteis.
- e) dez dias corridos.

40. No que se refere à modalidade de licitação pregão (Lei nº 10.520/2002) é INCORRETO afirmar que

- a) para a participação no pregão, exige-se dos licitantes a aquisição do edital ou a apresentação de garantia de proposta.
- b) declarado o vencedor da licitação, na modalidade pregão qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, sendo-lhe concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso.
- c) considerando que determinado órgão da União deseje contratar, por meio de pregão, serviços de reprografia e digitalização de documentos, acrescido da manutenção de todo o maquinário necessário, só poderá optar pelo pregão se os serviços forem considerados comuns.
- d) diferentemente dos demais procedimentos licitatórios, o procedimento do pregão implica, inicialmente, a disputa de lances para a ulterior análise dos requisitos necessários à habilitação da empresa licitante, procedendo-se à análise conforme a ordem de classificação.
- e) as compras e as contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, poderão ser implementadas com base na modalidade de licitação denominada pregão.

41. Acerca dos contratos administrativos, é correto afirmar que

- a) os contratos de locação em que o poder público é o locatário são regidos exclusivamente por normas de direito privado.
- b) as normas do direito público aplicam-se supletivamente sobre contrato administrativo celebrado pela administração pública.
- c) a rescisão unilateral de contrato administrativo pela administração em razão de interesse público não afasta o direito do contratado de ser ressarcido dos eventuais prejuízos oriundos da extinção do vínculo.
- d) o prazo máximo de vigência para o contrato emergencial é de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, sendo permitida uma única prorrogação.

e) A inexecução total do objeto licitatório pelo contratado pode acarretar o impedimento definitivo de estabelecer contratos com a administração.

42. No que se refere ao regime jurídico-administrativo brasileiro e aos princípios regentes da administração pública, é INCORRETO afirmar que

- a) Por força do princípio da legalidade, o administrador público tem sua atuação limitada ao que estabelece a lei, aspecto que o difere do particular, a quem tudo se permite se não houver proibição legal.
- b) Embora não estejam previstos expressamente na Constituição vigente, os princípios da indisponibilidade, da razoabilidade e da segurança jurídica devem orientar a atividade da administração pública.
- c) O princípio da eficiência determina que a administração pública direta e indireta adote critérios necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, evitando desperdícios e garantindo a maior rentabilidade social.
- d) De acordo com entendimento dominante, é legítima a publicação em sítio eletrônico da administração pública dos nomes de seus servidores e do valor dos vencimentos e das vantagens pecuniárias a que eles fazem jus.
- e) De acordo com o critério teleológico, o direito administrativo é um conjunto de normas que regem as relações entre a administração e os administrados.

43. Consiste em dever dos órgãos e das entidades públicas divulgar em local de fácil acesso informações de interesse coletivo ou geral. Conforme a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.827/2011), a divulgação dessas informações deve

- a) ocorrer somente para os dados produzidos pelos órgãos ou entidades, ficando excluídos os dados sob sua custódia.
- b) acontecer apenas pelos meios e instrumentos de que os órgãos ou entidades públicas que dispuserem.
- c) constar apenas os registros de repasses ou transferências de recursos financeiros oriundos da iniciativa privada.

- d) ocorrer apenas quando requerida pelo cidadão interessado perante à autoridade competente.
- e) constar registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros.

44. Sobre o que dispõe o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará, indique a alternativa correta.

- a) Promoção é a ascensão do funcionário de classe final da série de classes de uma categoria funcional para a classe inicial da série de classes ou de outra categoria profissional afim.
- b) Ocorrerá a investidura em cargo público de provimento efetivo quando o aprovado em concurso público for nomeado.
- c) O falecimento consiste em uma das hipóteses que resultará na vacância do cargo.
- d) Ocorrendo a extinção de um cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor ficará em disponibilidade percebendo remuneração integral.
- e) Via de regra, o pedido de reconsideração e o recurso em processos administrativos terão efeito suspensivo.

45. De acordo com o que prevê o Estatuto dos Funcionários Públicos do Ceará, o prazo para início do exercício funcional no caso de reintegração será de:

- a) 30 dias contados da posse.
- b) 15 dias contados da data da publicação oficial do ato.
- c) 15 dias contados da posse.
- d) 30 dias contados da data da publicação oficial do ato.
- e) 20 dias contados da data da publicação oficial do ato.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

46. Fora criada uma associação em determinado bairro da cidade de Fortaleza-CE, com a finalidade de promover ações para a segurança e bem-estar dos moradores. Um comerciante chamado Jordel, incomodado com a existência da organização, vista como uma ameaça às suas atividades, constatou que os associados não haviam obtido, junto à administração pública, autorização para o seu funcionamento. Além disso, percebeu que seus integrantes atuavam em cooperação para a prática de diversos atos ilícitos. Assim, Jordel decide acionar as autoridades administrativas locais, para a tomada das devidas providências. Considerando a situação anteriormente narrada, assinale a alternativa que contém uma afirmação condizente com o que determina a CF/88:

- a) As autoridades administrativas, se comprovada a ilicitude das atividades desenvolvidas, poderão suspendê-las, mas não poderão dissolver compulsoriamente a associação.
- b) Embora a criação da associação não esteja submetida à exigência de autorização do Poder Público, caso seja constatada sua finalidade ilícita, ela poderá ter suas atividades suspensas, desde que por meio de decisão judicial.
- c) A associação somente poderá ser definitivamente dissolvida caso se verifique a existência de finalidade paramilitar.
- d) As autoridades poderão aplicar penalidades administrativas, a exemplo da imposição de multa, em razão de a associação ter iniciado seu funcionamento sem a devida autorização, mas o fato não autoriza, por si só, a suspensão de suas atividades.
- e) A suspensão das atividades ou a dissolução compulsória da organização apenas poderão ser feitas caso o Poder Judiciário seja acionado, exigindo-se, para isso, o trânsito em julgado da decisão.

47. Lindaura compareceu à delegacia de polícia para denunciar as agressões que supostamente vinha sofrendo de sua vizinha, Marileide, que não aceitava seu relacionamento com o atual namorado. O policial, acreditando no relato fornecido por Lindaura, decide prender Marileide que, ao chegar na delegacia, acaba não sendo informada de que poderia permanecer calada, o que fez com que confessasse o crime na ausência de seu advogado e familiares. De acordo com a Constituição da República, é correto dizer que:

- a) A prisão de Marileide, nessa situação, exige a comunicação imediata de sua família e, no prazo de 48 horas, do juiz competente.
- b) Marileide deveria ter sido submetida à identificação criminal e, em seguida, poderia ter exigido a identificação dos responsáveis por sua prisão.
- c) Marileide somente poderia ter sido presa, sem autorização judicial, se tivesse sido flagrada ao cometer o crime mencionado.
- d) Não há irregularidade na prisão de Marileide, mas ela deverá permanecer em estabelecimento adequado à sua idade e sexo.
- e) Caso Marileide decida impetrar habeas corpus, deverá aguardar para que seu advogado compareça ao local e assine a petição.

48. Cristine compareceu ao fórum criminal de sua cidade para requerer a certidão de antecedentes criminais. Diante da recusa, por parte do servidor, no fornecimento do documento solicitado, Cristine decide impetrar habeas data, a fim de exigir judicialmente a obtenção de tais informações, que eram, em verdade, de seu interesse. De acordo com a Constituição Federal, pode-se concluir que:

- a) O remédio adequado, por envolver a proteção do direito à obtenção de certidões, seria o mandado de segurança, e não o habeas data.
- b) Cristine agiu corretamente ao optar pelo habeas data, diante da negativa por parte da autoridade administrativa.
- c) Cristine poderá impetrar o habeas data, que, no entanto, não é gratuito e exige a assistência de advogado.

d) Cristine não poderia utilizar-se do mandado de segurança e nem do habeas data, já que o servidor não agiu com abuso de poder.

e) O habeas data apenas poderia ter sido ajuizado após esgotada a via administrativa, mediante regular procedimento administrativo.

49. Lúcio é estrangeiro, e encontra-se de férias no Brasil. Olévio é brasileiro naturalizado. Juntos, praticaram o crime de tráfico de entorpecentes. Pode-se afirmar, à luz das determinações constitucionais, que:

- a) Olévio apenas poderia ser extraditado caso o crime tivesse sido cometido antes de obtida a naturalização.
- b) Lúcio e Olévio apenas poderiam ser extraditados se se tratasse de crime político ou de opinião.
- c) Apenas Lúcio poderá ser extraditado.
- d) Ambos poderão ser extraditados.
- e) Olévio deverá ter seus direitos políticos cassados e, em seguida, deverá ser extraditado.

50. Suponha que um deputado estadual tenha decidido formular requerimento para a criação de uma CPI, destinada a investigar determinados fatos, com duração aproximada de 4 anos, coincidindo, a princípio, com o mandato do atual governador em exercício. Nesse caso, a CF/88 determina que:

- a) A criação da CPI encontra respaldo no texto constitucional, à medida que fora respeitada a representação das minorias em seu procedimento de criação.
- b) Embora a criação da CPI devesse ter sido feita mediante aprovação do plenário da respectiva Casa, não há impedimento para que seja estipulado período de duração aproximada para a conclusão de suas atividades.
- c) Não há qualquer irregularidade no procedimento descrito, mas a CPI não poderá promover a responsabilização dos investigados.

d) A mencionada CPI, caso venha a ser efetivamente criada, poderá dispor de poderes próprios das autoridades judiciais.

e) A criação da CPI é inconstitucional, já que não poderia ter sido feita mediante iniciativa de um único parlamentar, tampouco estabelecer período de duração aproximada de seus trabalhos.

51. Considere:

I. O número de deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.

II. O subsídio dos deputados estaduais será fixado por resolução da Assembleia Legislativa.

III. O número de senadores eleitos por determinado estado deverá ser proporcional à respectiva população.

IV. Cada Território elegerá quatro deputados.

V. Cada senador será eleito com dois suplentes, para um mandato de oito anos.

São corretas, de acordo com o que estabelece nossa atual Constituição:

a) I e III.

b) IV e V, apenas.

c) II e III.

d) I, II, IV e V.

e) I, II e V, apenas.

52. O Presidente da República editou medida provisória, visando alterar regras relacionadas ao direito civil vigentes em nosso país. Passados 45 dias sem que tenha sido apreciada,

a) Entrará em regime de urgência, sobrestando as demais deliberações da Casa em que estiver tramitando.

b) Perderá a eficácia, caso não seja prorrogada, por igual período.

c) Será automaticamente prorrogada, pelo período de 60 dias.

d) Deverá ser declarada inconstitucional, por tratar de tema vedado a essa espécie legislativa.

e) Não poderá ser convertida em lei e, conseqüentemente, a matéria constante de sua proposta não poderá ser objeto de nova medida provisória, na mesma sessão legislativa.

53. Julino, que possui 36 anos de idade, atua como advogado em uma empresa privada, e Paolo, que atualmente conta com 30 anos de idade, é Advogado da União. O Presidente da República deseja escolher um dos dois nomes para chefiar a Advocacia-Geral da União. Assinale a opção que se coaduna aos preceitos constitucionais:

a) O Presidente deverá, obrigatoriamente, escolher Paolo, integrante da carreira, para chefiar a instituição.

b) O Presidente deverá pesquisar outros candidatos, pois nem Paolo e nem Julino atendem os requisitos exigidos para o cargo.

c) O Presidente poderá escolher qualquer um dos dois, desde que mediante aprovação da maioria absoluta do Senado Federal.

d) Apenas Julino poderá ser nomeado, desde que possua notável saber jurídico e reputação ilibada.

e) Ambos representam opções viáveis, independentemente do cumprimento de quaisquer requisitos adicionais.

54. Com base no que estabelece a CF/88, aponte a alternativa que contém uma afirmação verdadeira acerca dos Territórios Federais:

a) Os Territórios deverão ser criados por lei complementar da União, constituindo entidades políticas resultantes do desmembramento de estados.

b) A Constituição Federal veda a divisão dos Territórios em municípios.

c) O governador do Território será nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal.

d) Cada Território elegerá três deputados e dois senadores.

e) Os Territórios Federais integram a administração direta da União.

55. Luzilene é estrangeira e pretende ocupar algum cargo ou função na administração pública. A esse respeito, é possível afirmar que:

- a) Luzilene não poderá ocupar cargos públicos efetivos.
- b) Contanto que tenha sido editada lei disciplinando o acesso de estrangeiros a cargos públicos, Luzilene poderá concretizar suas intenções.
- c) Luzilene poderá exercer funções temporárias, mas não poderá prestar concurso público.
- d) Luzilene poderá ocupar qualquer cargo ou função, ainda que inexistia instrumento legal regulando o tema.
- e) Luzilene não poderá ser nomeada para ocupar cargos exclusivamente em comissão.

56. Dois candidatos à Presidência da República obtiveram as maiores votações no primeiro turno das eleições gerais, ocorrida no primeiro domingo de outubro. Leo, o que apresentou o maior número de votos, faleceu dois dias antes da realização do segundo turno. Alício, o segundo colocado, não sabe qual será o procedimento a ser adotado, nessa situação. Pode-se afirmar que:

- a) O segundo turno será realizado na data originalmente prevista, convocando-se, dentre os remanescentes, o mais idoso.
- b) Alício deverá ser considerado eleito, juntamente com seu Vice.
- c) O segundo turno deverá ser realizado em até 20 dias após o falecimento de Leo.
- d) Deverão ser convocadas novas eleições, cancelando-se o resultado obtido no primeiro turno.
- e) Será convocado o próximo candidato mais votado no primeiro turno, a fim de disputar com o Alício o segundo.

57. Joana possui 16 anos e é empregada doméstica. Zélio, seu empregador, recentemente reduziu sua remuneração para patamar inferior ao do salário mínimo, além de ter se recusado a efetuar o depósito do FGTS, alegando que Joana não faz jus a tais direitos. Zélio ainda afirmou que a empregada não terá direito ao seguro-desemprego, caso venha a ser despedida. De acordo com a CF/88, a conduta do empregador:

- a) Está correta, já que Joana, aos 16 anos de idade, trabalha na condição de aprendiz.
- b) É parcialmente equivocada, já que, ainda que seja aprendiz, Joana fará jus ao seguro-desemprego.
- c) Está parcialmente equivocada, já que, embora como empregada doméstica Joana não tenha direito ao FGTS, aos 16 anos ela não é considerada aprendiz.
- d) É inconstitucional, já que Joana jamais poderia, antes de completar 18 anos de idade, trabalhar como empregada de Zélio.
- e) É errada, uma vez que Joana tem direito ao salário mínimo, ao FGTS e ao seguro-desemprego, por expressa determinação constitucional.

58. Segundo a Constituição Federal, estão entre as condições de elegibilidade _____ e a idade mínima de _____ para vereador. Os casos de inelegibilidade, previstos no texto da Carta Maior, _____. A alternativa que preenche adequadamente as lacunas é:

- a) Ser brasileiro nato; 18 anos; constituem cláusula pétrea.
- b) O alistamento eleitoral; 18 anos; podem ser ampliados por lei complementar.
- c) O domicílio eleitoral na Circunscrição; 21 anos; podem ser ampliados por lei complementar.
- d) Ser brasileiro nato; 21 anos; constituem rol taxativo.
- e) A filiação partidária; 18 anos; constituem cláusula pétrea.

59. Um juiz atualmente aposentado de seu cargo é convidado por um grande escritório para atuar como advogado tributarista. A Constituição Federal prevê que, em situações dessa natureza:

- a) O magistrado poderá exercer a advocacia sem qualquer restrição, uma vez que já não ocupa mais o cargo de juiz.
- b) O magistrado somente poderá exercer a advocacia após decorridos quatro anos de sua aposentadoria.
- c) A atuação como advogado é vedada, sendo o magistério a única função passível de ser exercida pelo juiz aposentado.
- d) O magistrado somente poderá exercer a advocacia, no juízo ou tribunal do qual se afastou, após decorridos dez anos de sua aposentadoria.
- e) No juízo do qual se afastou, somente será possível exercer a advocacia após decorridos três anos de sua aposentadoria.

60. Luzinaro é filho de pais brasileiros que se encontravam, por ocasião de seu nascimento, de férias na Alemanha. Sem pensar que poderiam ter registrado a criança em repartição competente, a família decide retornar ao Brasil, uma semana depois. Passados 18 anos, Luzinaro descobre que não é considerado brasileiro nato, o que, de acordo com a CF/88:

- a) Está correto, já que ele deveria manifestado, antes de atingida a maioridade, o desejo de obter a nacionalidade brasileira.
- b) Não é verdade, pois Luzinaro, sendo filho de pais brasileiros, é automaticamente considerado brasileiro nato.
- c) Não está errado, mas ele ainda poderá naturalizar-se brasileiro, já que reside há mais de 15 anos no Brasil.
- d) É automaticamente considerado brasileiro naturalizado, independentemente do implemento de quaisquer condições.
- e) Está correto, uma vez que, atingida a maioridade, ele deverá efetivar a opção pela nacionalidade primária.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Gabriela Zavadinack

61. Durante a apreciação da lei orçamentária anual do município de Arco-Íris, a câmara municipal decidiu incluir artigo que concedia reajuste salarial aos servidores dessa casa legislativa. Nesse caso, a atitude dos vereadores violou o princípio orçamentário da

- a) legalidade.
- b) anualidade.
- c) não afetação da receita.
- d) exclusividade.
- e) unidade.

62. O princípio orçamentário da anualidade dispõe que o exercício financeiro é o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA. Todavia, uma das exceções a este princípio são os créditos adicionais com vigência plurianual. São eles:

- a) créditos suplementares e especiais autorizados nos últimos quatro meses do exercício.
- b) créditos especiais autorizados nos últimos seis meses do exercício, exclusivamente.
- c) créditos suplementares e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício.
- d) créditos extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício, exclusivamente.
- e) créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício.

63. Determinado estado da federação decide utilizar uma técnica orçamentária que consiste na repetição do orçamento anterior com a realização de ajustes marginais e incremento apenas dos índices inflacionários. A técnica escolhida foi:

- a) Orçamento Base-Zero.
- b) Orçamento Incremental.
- c) Orçamento por desempenho.
- d) Orçamento tradicional.
- e) Orçamento-Programa.

64. Dentre as receitas correntes, temos a origem patrimonial. Marque a alternativa que contém uma espécie dessa origem:

- a) contribuições de melhoria.
- b) alienação de bens.
- c) delegação de serviço público mediante permissão.
- d) operações de crédito.
- e) impostos.

65. Relativamente à despesa pública, marque “V” para verdadeiro e “F” para falso:

- () A aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização é um investimento.
- () A constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro é um investimento.
- () A constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros é uma inversão financeira.

A sequência correta está em:

- a) F, V, V.
- b) F, F, V.
- c) F, V, F.
- d) V, V, F.
- e) F, F, F.

66. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas

- a) se houver prévia dotação orçamentária suficiente e se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

b) se houver prévia dotação orçamentária suficiente e se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

c) se houver prévia dotação orçamentária suficiente e se houver autorização específica no plano plurianual, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

d) se houver prévia dotação orçamentária suficiente e redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança.

e) se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista, e redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança.

67. De acordo com o art. 167 da Constituição Federal, é vedada a transferência voluntária de recursos, a concessão de avais, as garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de:

- a) regime geral de previdência social.
- b) regime de assistência social.
- c) regime próprio de previdência social.
- d) regime bancário e financeiro.
- e) regime de precatórios.

68. A Lei de Diretrizes Orçamentárias possui diversas funções. Marque uma função desse instrumento de planejamento trazida pela Lei de Responsabilidade Fiscal:

- a) estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- b) estabelecer, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas.
- c) dispor sobre alterações na legislação tributária.
- d) prever receita e fixar despesa.
- e) fixar os critérios para limitação de empenho e movimentação financeira.

69. São computados no cálculo da despesa com pessoal, de acordo com o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- a) vencimentos e vantagens fixas, horas extras e auxílio-transporte.
- b) vencimentos e vantagens variáveis, encargos sociais e gratificações.
- c) adicionais, gratificações e auxílio-alimentação.
- d) vencimentos e vantagens variáveis, adicionais e auxílio transporte.
- e) vencimentos e vantagens fixas, adicionais e diárias.

70. De acordo com o art. 11, da Lei de Responsabilidade Fiscal, constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Nesse contexto, é vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe referido comando, no que diz respeito

- a) às taxas.
- b) aos tributos.
- c) às contribuições de melhoria.
- d) aos impostos.
- e) às contribuições sociais.

Prova Discursiva

Carlos Roberto

TEXTO I

Assembleia Geral da ONU reconhece saneamento como direito humano distinto do direito à água potável

Uma nova resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, adotada em dezembro (17), reconheceu o saneamento básico como um direito humano separado do direito à água potável. A decisão pretende chamar a atenção para a situação das mais de 2,5 bilhões de pessoas que vivem sem acesso a banheiros e sistemas de esgoto adequados no mundo todo.

De acordo com o relator especial da ONU sobre os direitos humanos à água potável e ao saneamento básico, o brasileiro Léo Heller, a deliberação “dá para as pessoas uma percepção mais clara do direito (ao saneamento), fortalecendo sua capacidade de reivindicá-lo quando o Estado falha em prover os serviços ou quando eles não são seguros, são inacessíveis ou sem a privacidade adequada”. A resolução da Assembleia reconheceu a natureza distinta do saneamento em relação à água potável, embora tenha mantido os direitos juntos.

Para Heller, a ausência de estruturas sanitárias adequadas tem um ‘efeito dominó’, prejudicando a busca e o desfrute de outros direitos humanos, como o direito à saúde, à vida e à educação. A falta de saneamento favorece a transmissão de doenças infecciosas, como cólera, hepatite e febre tifoide. Segundo estudo recente realizado pela ONU, somadas as abstenções escolares de todos os alunos no mundo, problemas ligados à falta de saneamento e água fazem com que 443 milhões de dias letivos sejam perdidos todos os anos.

“Espera-se que a resolução da Assembleia tenha um impacto direto para as mulheres, crianças, pessoas com deficiência e indivíduos e grupos marginalizados que, atualmente, não têm acesso a saneamento. É uma oportunidade de destacar suas dificuldades”, disse Heller.

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/assembleia-geral-da-onu-reconhece-saneamento-como-direito-humano-distinto-do-direito-a-agua-potavel/>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

TEXTO II

Novo marco do saneamento básico pode ser votado no combate ao coronavírus

As medidas de prevenção contra o coronavírus recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como lavar as mãos com água e sabão, são quase impossíveis de serem adotadas por boa parte da população do Brasil. Dados do Sistema Nacional de Informação sobre o Saneamento (SNIS) mostram que 35 milhões de brasileiros não têm acesso a água tratada e cerca de 100 milhões não têm serviço de coleta de esgoto.

Considerado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, como pauta prioritária da Casa para 2020, o novo marco regulatório do saneamento básico (PL 4.162/2019), projeto já analisado pela Câmara, pode ir a Plenário virtual para votação remota pelos senadores.

Com o agravamento da crise provocada pela pandemia de Covid-19, a matéria foi listada pela equipe econômica do governo entre as que devem ter a tramitação acelerada no Congresso Nacional.

O maior impasse em torno do projeto é sobre o modelo proposto, que permite abrir mais caminho para o envolvimento de empresas privadas no setor. Parlamentares da oposição alegam que a exigência de licitações e as metas de desempenho para contratos tenderão a prejudicar e alienar as empresas públicas. Além disso, o texto estabelece prioridade no recebimento de auxílio federal para os municípios que efetuem concessão ou privatização dos seus serviços.

Atualmente, a proposta tramita na Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde é relatada por Alessandro Vieira (Cidadania-SE). O senador já sinalizou que fez ajustes de redação para garantir que as novas regras não prejudiquem as cidades menos desenvolvidas e os cidadãos com mais dificuldades de acesso ao tratamento sanitário.

— A convicção sobre a necessidade de um novo marco regulatório para o saneamento que incentive investimentos, que abra mercado, e que permita definitivamente aos brasileiros ter acesso a água potável e a esgotamento sanitário se mostra cada vez mais relevante nesse cenário em que vivemos, de epidemia. O relatório está pronto para ir à votação, no momento que for definido pela cúpula do Senado Federal. A gente tem defendido que seja um dos projetos prioritários, tanto porque ele é relevante para o aspecto sanitário como também porque ele alavanca investimentos em um momento que a nossa economia vai precisar disso e da retomada de empregos. É um projeto muito oportuno — avaliou Alessandro.

Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/06/novo-marco-do-saneamento-basico-pode-ser-votado-no-combate-ao-coronavirus>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

A partir da leitura dos textos de motivadores, redija um texto dissertativo sobre **o saneamento básico no Brasil**. Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1. Saneamento básico e cidadania; [valor: 14,00 pontos]
2. Saneamento básico e desigualdade social; [valor: 14,00 pontos]
3. Impactos positivos a serem auferidos a partir da superação do problema; [valor: 14,00 pontos]



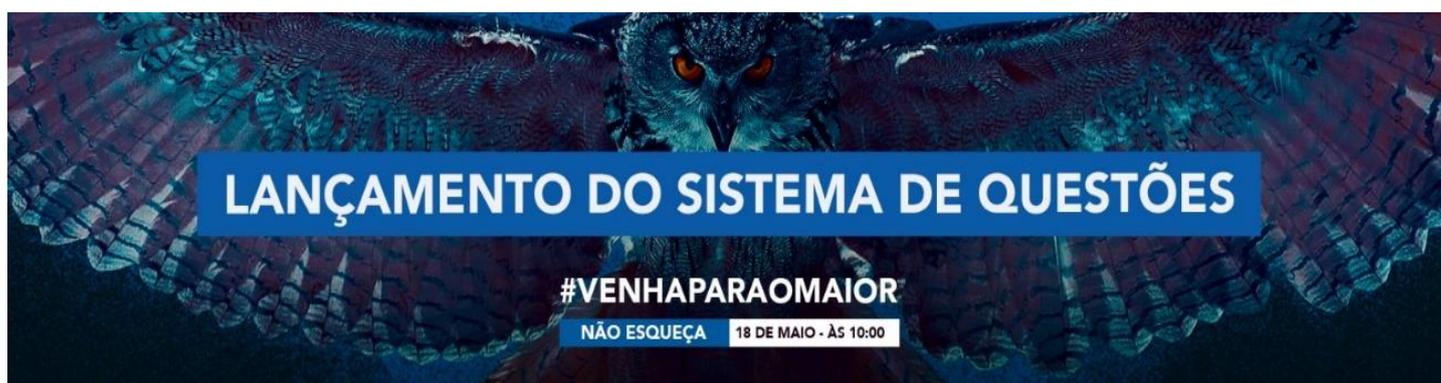
Estratégia
Concursos

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-ALECE-09-05-20>



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE